

BRASIL E MERCOSUL

COMPETITIVIDADE NAS EXPORTAÇÕES FRENTE À DESVALORIZAÇÃO DAS MOEDAS ASIÁTICAS

Brasil y el Mercosur,
Competitividad en las
Exportaciones Frente a
la Devaluación de las
Monedas Asiáticas

Mario Garnero

Congresso Nacional - Brasília

29 de Abril de 1998

HOMENAGEM A ANDRÉ FRANCO MONTORO

Nesse meu encontro com parlamentares em Brasília, lembro-me bem do entusiasmo de um jovem de 80 anos, na primeira fila de um auditório lotado, perguntando, questionando, ensinando sobre as nossas relações latino-americanas.

Foi um mestre. Encantava-me vê-lo ali, com sua vibração juvenil, sempre tendo uma vida a lutar por seus ideais de integração das Américas.

Meu professor, desde a Universidade e para toda a minha vida.

Um exemplo a ser seguido.

Estará sempre vivo entre nós.

M. G.

Deputado Paulo Bornhausen (no exercício da Presidência da Comissão) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública que tem como convidado o ilustríssimo senhor Mario Garnero, Presidente do Fórum das Américas, que fará uma exposição sobre o tema: Brasil e Mercosul, Competitividade nas Exportações Frente à Desvalorização das Moedas Asiáticas.

Eu gostaria de, em nome da Comissão Conjunta e de seu Presidente, Senador Lúdio Coelho, receber o doutor Mario Garnero e também todos os senhores parlamentares, convidados das Embaixadas, do Itamaraty. Quero dizer também que esta Comissão, juntamente com a Comissão Especial da Alca, sente-se muito honrada com sua presença. Nesses últimos três anos estamos recebendo personalidades, pessoas ligadas ao mundo governamental, à iniciativa privada e às organizações não-governamentais, para que possamos discutir os temas que envolvem o Mercosul e, mais recentemente, a Alca.

Vamos passar a palavra ao doutor Mario Garnero, por até 20 minutos, para que possa fazer a sua exposição. Terminada a explanação, abriremos os debates com a participação, primeiramente, dos senhores Parlamentares presentes e das pessoas convidadas para esta reunião.

Com a palavra o doutor Mario Garnero.

Mario Garnero – Senhor Presidente, deputado Paulo Bornhausen, senhor deputado Germano Righotto, senhores deputados, minhas senhoras, meus senhores, senhores embaixadores, senhor representante do Itamaraty. Desejo, antes de tudo, dirigir uma saudação especial ao meu querido professor, governador Franco Montoro. Se hoje estamos aqui, dizendo alguma coisa sobre a integração das Américas, devemos isso ao seu trabalho pioneiro, iniciado há longo tempo.

Como professor, o governador deu ao tema uma ressonância política importante, ensinando seus jovens alunos a considerarem viável a integração latino-americana. Ele inclusive afirmava que ela ocorreria neste século ou no começo do próximo século, talvez sem esperar tamanha rapidez. De modo que eu queria render as minhas homenagens a sua excelência, como também ao desembargador Carpena Amorim, que veio do Rio para estar aqui conosco, ao Juiz Luiz Roberto Sábato, que veio de São Paulo, ao deputado Maurílio Ferreira Lima e às senhoras e senhores deputados e senadores aqui presentes.

O tema proposto, senhor presidente, deputado Bornhausen, é *Brasil e Mercosul, Competitividade nas Exportações*. Darei também uma visão das empresas sobre a Alca e o Mercosul.

A construção de blocos comerciais, como o Mercosul, é um processo em constante evolução, que pede atenção diária e permanente das lideranças políticas, sociais e econômicas de cada país. A globalização, portanto, tem riscos e assusta. Mesmo assim, nós, brasileiros, precisamos, inicialmente, estar certos de que o Brasil é o senhor do seu destino. É o Brasil que ditará sua história na globalização, pelas ações de seus poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário. A globalização, porém, não espera. Integra o desenvolvimento da história econômica mundial, com reflexos em todos os campos da atividade humana.

O aspecto da globalização, mostra claramente que as zonas comerciais e os blocos comerciais estão crescendo. Esse processo de integração é contínuo. A globalização já foi bem definida como um processo parecido com o de andar de bicicleta. É preciso pedalar constantemente para a bicicleta se manter andando. Devemos lembrar que o processo de integração não se limita à circulação de moeda, de mercadorias, de bens e serviços, mas, principal e futuramente, das próprias pessoas envolvidas.

Esse processo de globalização acontece mediante a for-

mação de blocos regionais, como o nosso Mercosul, para uma população de 220 milhões, a União Européia, com 360 milhões, o Nafta, dos Estados Unidos, México e Canadá, com 380 milhões, além de outros blocos, como o Caricom, do Caribe e o dos asiáticos, liderados pelo Japão, propulsor da crise naquela região.

O Brasil tem uma posição de liderança inquestionável no Mercosul, até inercial. Responde por um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 1 trilhão segundo a ONU e a CEPAL, ao lado de US\$ 400 bilhões da Argentina, Uruguai e Paraguai, nossa formação inicial. Nosso bloco se amplia. Já temos como associados o Chile e a Bolívia e celebramos, nos últimos dias, acordo com os países andinos, Colômbia, Peru, Venezuela e Equador, para integrá-los ao Mercosul, a partir do ano 2000.

Sabemos que, no futuro, certamente, o Brasil liderará o bloco econômico da América do Sul. Por isso, sua diplomacia está certa. A Área de Livre Comércio das Américas (Alca), só deve se efetivar em 2005, formando-se por blocos. Teremos, então, ao lado dos Estados Unidos, o papel de negociador na formação da Alca, em sua decisiva etapa final, de 2002 em diante, como já destacou o chanceler Luiz Felipe Lampreia.

Vale lembrar que o mercado potencial dos Estados Unidos, sozinho, é de US\$ 1 trilhão. A Alca, voltada para uma população de 750 milhões de consumidores, movimentará um PIB de US\$ 13 trilhões.

Faremos agora um demonstrativo da evolução do PIB mundial e do comércio mundial de 1997 até a perspectiva de 2002. O comércio mundial tem crescido a uma média de 8,4% ao ano, cumulativamente, o que significa um aumento de volume de 100% a cada 8 ou 9 anos. O PIB do mundo tem crescido a uma média de 2,9% em 1997, 3,3% em 1998, e espera-se que em 2002 ele possa estar crescendo também a uma taxa anual de 3,35%.

A América Latina, que mantinha, antes da crise, um crescimento anual cumulativo importante de 4,3%, deverá apresentar um resultado inferior em 1998, principalmente pelo menor desempenho do Brasil. Havia uma perspectiva de crescimento do Brasil ao redor de 4,5%, mas essa expectativa não se cumprirá. Acredito que tenhamos condições de chegar a 3% ou 3,5%, causando um impacto negativo nos números de crescimento da América Latina.

Os Estados Unidos continuam com a inflação baixa e crescimento constante. O Japão transformou-se no verdadeiro problema mundial deste final de século, apresentando taxas de crescimento muito modestas, próximas da estagnação. Faço esta introdução para destacar que o progresso científico e tecnológico é principal impulsor da globalização, particularmente no sentido de reduzir custos na transferência de bens, serviços, recursos financeiros, pessoas e informação.

Três fatos alavancaram a globalização: o rápido crescimento do comércio mundial e da interdependência entre os países desenvolvidos; a elevação dos investimentos, sobretudo das multinacionais e o avanço das transações financeiras internacionais.

Em sua etapa atual, a globalização se caracteriza pela capacidade das empresas em fragmentar geograficamente seu processo produtivo por conta de um crescimento sustentado do comércio e dos investimentos internacionais. Assim, o pára-lama de um carro é feito na Argentina, o motor no Brasil, os pneus no México.

A globalização impõe riscos e oportunidade sobre as economias. Traz com ela a reformulação de conceitos como soberania e hegemonia, universalização de padrões culturais, soluções comuns para problemas planetários, como o meio ambiente e o crescimento populacional, além de afetar fortemente

o mercado de trabalho, do que falarei depois. A globalização, enfim, limita as políticas nacionais, mas dá oportunidade de acesso a mercados que anteriormente eram fechados e os fluxos de informação, capital e tecnologia passam a ser incrementados por sua mobilidade. Cria também a oportunidade de novas alianças empresariais e sociais e contribui para a desarticulação dos oligopólios.

A velocidade com que a globalização vem se efetivando é incrível, talvez na mesma razão das polêmicas que gera. A competitividade é a palavra mais presente em seu vocabulário. A formação de blocos econômicos é fruto desta conscientização. No entanto, dentro desses blocos, as relações de competição foram substituídas pela complementaridade, como no exemplo da construção de um carro.

O Brasil precisa dedicar um grande esforço para se adequar à globalização. Temos pela frente o enorme sacrifício do desemprego, com muito peso estrutural, motivado pelo avanço tecnológico, que cria novos processos de produção. Precisamos investir em educação e, com reformas, obter os recursos internos necessários para nossas prioridades. Um exemplo: estudo da consultoria McKinsey revela que a melhora da produtividade é a chave do crescimento acelerado no Brasil.

O trabalho demonstra que a produtividade média da mão-de-obra no Brasil corresponde a apenas 27% dos níveis dos Estados Unidos. É baixa tanto nos setores formais como informais, mas pode ser superada por práticas organizacionais avançadas, investimentos em tecnologia e em bens de capital. A estabilização econômica brasileira, a partir de 1994, já faz com que gerências de empresas dediquem-se à produtividade, revela a McKinsey. Para a consultoria, a produtividade do Brasil pode crescer, em média, até 6% ao ano, acima dos níveis atuais, até 2005.

Pela estabilização econômica e por muitas outras razões,

o Brasil precisa ter atenção permanente com o Real. A integração econômica internacional apresenta um sério problema: a falta de moedas estáveis para garantir os fluxos de investimento e de comércio. O que ocorre na Ásia é justamente a extrema dependência de capitais estrangeiros sem um lastro confiável e estável.

No final do ano passado, o Brasil teve a oportunidade de experimentar o lado amargo de um mundo financeiro e econômico globalizado. Os eventos internacionais balizaram a política econômica, definindo a cautela como palavra de ordem na condução do programa de estabilização. Com isso, o crescimento de 3% do PIB ficou abaixo das nossas reais potencialidades. Basta exemplificar que, para gerar novos empregos e compensar os postos que vêm sendo eliminados, o Brasil precisaria crescer a uma taxa de aproximadamente 6% ao ano.

Se isto ocorresse, em poucos anos, chegaríamos a uma taxa equilibrada de desemprego, adequada à dinâmica produtiva e à rotatividade existente no mercado de trabalho. O aumento da produtividade estimula a competitividade, amplia a produção, o consumo interno e externo e, conseqüentemente, novos empregos. Entretanto, a expectativa otimista de crescimento do PIB, para este ano, não passa de 3%, o que exige nossa atenção especial para ações alternativas que reduzam os graves impactos sociais do desemprego. Temos muita terra, sol e água. A agricultura, estimulada, é capaz de gerar novos empregos. O mesmo acontece no tradicional setor da construção civil.

A crise financeira no Sudeste Asiático criou uma série de prognósticos sobre os países emergentes, como o Brasil. Por conta dessas expectativas, visando defender o Real e evitar uma fuga de capitais, para cobrir os prejuízos decorrentes das operações da Ásia, o governo elevou as taxas básicas de juros no final de outubro e editou, em seguida, um elenco de medidas de caráter fiscal e de incentivos às exportações.

Na realidade, a alteração na calibragem da relação juros versus câmbio, preferiu elevar substancialmente o primeiro para não alterar o segundo. Porém, o Brasil acertou, agindo com firmeza no momento exato, para garantir nossa credibilidade internacional e, conseqüentemente, atrair investimentos para nossa economia.

Com o colapso das moedas asiáticas frente ao dólar, a utilização do câmbio como âncora dos preços internos voltou a ser muito discutida. Para os investidores internacionais, a paridade da moeda e a situação das contas externas passaram a ser referências.

No Brasil, precisamos de uma ação firme, decidida, para ajustar as contas públicas. A vontade política do governo e o papel do nosso Congresso, neste caso, são essenciais, pois os ajustes passam obrigatoriamente pelas mudanças constitucionais.

Mudanças que tiveram o respaldo do trabalho político do saudoso deputado federal Luiz Eduardo Magalhães, cuja memória reverencio. As reformas precisam continuar. A reforma previdenciária, tema desta semana, é fundamental para o benefício maior do conjunto de nossa sociedade. Paralelamente, a reforma administrativa está caminhando.

Entretanto, a reforma tributária, importantíssima, está na forma de propostas e esboços. Fala-se que é difícil aprová-la em ano eleitoral, mas confio no Congresso e creio que o interesse do Brasil está acima de tudo. Estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) mostra que a simplificação tributária no Brasil, com a definição de cinco impostos, significaria a desoneração da produção e o fim do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), que incide em toda a cadeia produtiva, chegando aos preços de exportação. Nós sabemos a importância das exportações para o equilíbrio do nosso desenvolvimento. Se fizéssemos, no caso, a reforma proposta pela FIPE, teríamos uma

solução para a tão discutida defasagem cambial, que inquieta investidores em geral.

Eu destaco: a reforma traria uma queda de 17% nos custos finais de produtos exportáveis, melhorando enormemente nossa competitividade no mercado externo e reduziria os preços internos em 2%. Estaríamos aqui dispensando mudanças de risco no câmbio e equilibrando o déficit de nossa balança comercial, sem desvalorizar o Real.

Sobre a reforma tributária, eu mesmo defendo o imposto do cheque, com alíquotas crescentes, que substituiria progressivamente alguns dos demais tributos. O tema tributário, logicamente, influi no desempenho do Brasil dentro do Mercosul. Temos ainda de atuar em outras frentes. A contenção dos gastos públicos não tem se mantido dentro das expectativas da equipe econômica e a despesa com juros parece chegar ao seu limite.

A taxa de juros e o câmbio são dois assuntos importantes que gostaríamos de tocar. Por que o Brasil tem uma taxa de juros absurda segundo os padrões internacionais? Poderíamos responder decompondo os mecanismos de formação de nossas taxas cambiais e de juros. A taxa de juros do Brasil é formada pela taxa de juros básica nos Estados Unidos, hoje ao redor de 5,6%, acrescida do risco Brasil, que é de 3,5%. O Brasil tem um risco maior do que a Argentina, embora seja um País muito maior e com maiores possibilidades. Tem e por uma razão muito simples: na Argentina há um **currency board**, um controle por um banco central autônomo, cuja emissão de moeda está vinculada ao dólar, à entrada de reservas.

Então, sob o ponto de vista internacional daquele que investe aqui no Brasil, pensando claramente, há maior constância no peso argentino, do que no real brasileiro, cuja alteração é feita por intermédio de um sistema de desvalorizações progressivas determinadas por um Banco Central não independente. Hoje,

quando a Argentina lança as suas **notes** no mercado internacional, paga menos juros do que o Brasil.

A taxa de câmbio, TDC ou cupom cambial, é como nós chamamos a perspectiva de desvalorização efetiva da moeda que compensaria uma aplicação em dólar. Hoje, praticamos uma desvalorização de 0,6% ao mês, que implica em uma desvalorização real de nossa moeda de 7,5% ao ano. Se os senhores somarem, verão que esse total já atingiu 16%.

Há um imposto de renda na fonte de 20%. Sobre 16% são mais 3,3%. Há um pacote de tributos, criado no ano passado, que acrescentou mais 1% sobre a taxa de juros brasileira. O subtotal leva a 21,1%. Agora, temos de acrescentar o PIS, COFINS e ICMS: 2,4%. Chegamos a uma taxa cumulativa, para alguém investir no Brasil e ter o seu retorno de capital de 8,7%, de 23,5% de juros, que é basicamente a TBC de hoje.

Como temos déficits grandes na balança comercial, e principalmente no Balanço de Pagamentos, precisamos favorecer a entrada de recursos do exterior oferecendo uma taxa remuneratória alta. Esta é a razão fundamental de não podermos comparar a nossa taxa de juros nem mesmo com a de outros países como a Argentina. O governo, porém, fez novas reduções das taxas básicas de juros, aproximando-as dos níveis anteriores à crise dos países asiáticos.

A Taxa Básica do Banco Central (TBC) foi reduzida de 28% para 23,25% anuais. Assim, os desafios para administrar a economia em 1998 são os déficits gêmeos: o externo e o público. Além, é claro, da manutenção da política gradual de desvalorização do Real.

Todas essas variáveis nos deixam vulneráveis às turbulências do mercado internacional, embora eu ressalte a competência da equipe econômica do governo em estar atenta, diariamente, ao que ocorre no mundo, uma exigência clara da globalização. Sobre

o déficit externo, o resultado em transações correntes no ano passado ficou negativo em US\$ 33,8 bilhões, correspondendo a 4,2% do PIB, tendo a balança comercial e as despesas com juros como principais responsáveis.

Para este ano, as previsões são de reduzir o déficit em transações correntes para algo em torno de 3,7% do PIB, por conta do menor nível de atividade. Como as importações possuem uma grande elasticidade com o aquecimento da economia, presume-se que toda a sociedade pagará pelo controle das contas externas.

Fala-se muito que o Brasil está aberto para importações indiscriminadas. A abertura brasileira é, ainda, cercada de muitas restrições. É preciso destacar que nossas importações têm sido alavancadas pelos bens de capital. Ou seja, foram compras de bens e equipamentos para a modernização e novas inversões no parque industrial, que a médio e longo prazos ajudarão o Brasil a exportar mais, gerar empregos, melhorar. Temos, porém, de imediato, o sacrifício de crescer menos, o que prejudica nossa competitividade.

Acaba de ser divulgado estudo do IMD, instituto suíço de administração, que fez um ranking dos países mais competitivos do mundo. O Brasil, que estava na 33ª posição, caiu para 37ª, de um total de 47 países. O resultado faz parte da repercussão da crise asiática, mas precisa ser avaliado em seu contexto.

O próprio responsável pela parte brasileira do estudo afirma que a queda é consequência dos momentos de incerteza do final do ano passado, refletidos na pesquisa com nossos empresários e executivos. O momento atual merece uma visão mais positiva. Estamos, com sacrifício, caminhando para, em curto e médio prazos, ampliar o desenvolvimento brasileiro.

Competitividade tem relação com política cambial. Na minha opinião, não existe sobrevalorização do Real em relação ao dólar dos Estados Unidos, que impeça o crescimento das

exportações. Em relação ao câmbio, especificamente, foi-nos perguntado se as empresas asiáticas melhoraram sua competitividade a partir da crise cambial, que terminou por causar sucessivas máximas desvalorizações nos países do Sudeste Asiático.

Há um ponto muito importante na questão cambial da produtividade. Hoje, aceita-se internacionalmente o novo conceito da moeda, o *purchasing power of parity*, que é a paridade do poder de compra (PPP).

Hoje, o ponto de referência mundial do *purchasing power of parity* é o hambúrguer do McDonald, que tem os mesmos ingredientes em qualquer parte do mundo. Para os senhores verem como está a moeda brasileira em relação à internacional, pagamos R\$ 2,72 por um hambúrguer no Brasil ou nos Estados Unidos. Há, portanto, paridade entre o real e o dólar.

A moeda da Itália, país que mudou dramaticamente seu perfil exportador, está desvalorizada em 3% em relação ao dólar. O franco francês está 11% acima do valor do dólar. Isso levando-se em consideração o fator McDonald. A França nunca teve tanto saldo comercial como agora.

Num certo momento, evidentemente, a máximas desvalorização se reflete num aumento das exportações. Mas nós devemos lembrar que toda desvalorização acentuada da moeda implica em inflação interna, aumento de custos internos e dificuldades específicas no financiamento das exportações, fatores que reduzem, automaticamente, a competitividade. Se assim não fosse, as moedas mais desvalorizadas do mundo apresentariam taxas maiores de crescimento da exportação, o que não ocorre.

A discutida questão da sobrevalorização estaria promovendo uma perda da competitividade dos produtos nacionais no exterior. Temos, por isso, de buscar alternativas e aperfeiçoar os mecanismos de incentivos às exportações. Somente para ilustrar: os exportadores brasileiros de frango, papel e celulose, calçados

e aço, com a desvalorização das moedas asiáticas, começam a encontrar dificuldades em competir com os então chamados “tigres” junto a parceiros comuns.

Há, entretanto, um processo inflacionário crescente na Ásia, em prejuízo das exportações daquela região. Somente a Indonésia, a Coreia do Sul e a Tailândia somam 300 milhões de consumidores, que arcam com o início de estagnação de suas economias. A inflação brasileira, enquanto isso, está sob controle.

Os Estados Unidos são nosso principal mercado individual, adquirindo quase 18% de nossas exportações. Em termos de bloco econômico, a União Européia compra 27% do total e a Ásia 15%. O Mercosul fica isoladamente com 17%. A importância do Mercosul, para nossas exportações, vem crescendo ano a ano.

A Ásia, que vinha apresentando uma participação surpreendente, pode ter esta posição revertida por conta da crise local. O intercâmbio com os países da América do Sul ainda tem muito espaço para crescer, ainda mais com os acordos progressivos agora efetivados com os países do Pacto Andino, além do Caricom, no Caribe. O México é outro mercado que se aproxima do Mercosul. O Sul da África e a Oceania são ainda outras opções de mercado para as exportações brasileiras.

Mas precisamos, de todas as formas, perseguir dois objetivos: a melhoria da competitividade de nossos produtos e o aperfeiçoamento do sistema de financiamento às exportações.

A melhoria da competitividade depende também de outras exigências como a desoneração fiscal das exportações, e aqui entra de novo a necessidade de uma urgente reforma tributária, e a melhoria da infra-estrutura, que estamos alcançando nas telecomunicações, com um programa de privatização elogiado internacionalmente, o que nos faz homenagear aqui a memória do ministro Sérgio Motta. A história o destacará ainda mais no futuro.

Sei que a desoneração fiscal ainda precisa de muitos estudos

e acordos. Precisamos superar os conflitos entre os objetivos da arrecadação dos estados e os propósitos de política comercial, industrial e de investimentos do governo federal. O agravante é que os impostos sobre os exportáveis são em cascata e incidem cumulativamente em todas as etapas da atividade econômica, como já me referi anteriormente.

Mesmo assim, no pacote de novembro último, o governo deu o primeiro passo para quebrar esta cumulatividade de impostos sobre a exportação.

A melhoria na infra-estrutura é entendida pelo que se refere aos transportes, portos, armazenagem. Aqui, cabe fazer referência à inflação, que causou enormes danos ao Brasil. Por causa dela, os escassos investimentos das estatais durante o período de inflação crônica, levaram à deterioração das rodovias e ao estrangulamento do setor energético, agora em fase de privatização.

O setor portuário, vítima do corporativismo e das barreiras da burocracia, passa por uma profunda reformulação, comandada pelo ministro Eliseu Padilha, dos Transportes. As privatizações, totais ou de terminais de containers, estão buscando elevar a eficiência das estruturas atuais. O passo seguinte é investir na modernização de equipamentos e na qualificação de mão-de-obra.

Devemos, ao mesmo tempo, atacar a questão da pirataria. Os portos brasileiros têm sido vítimas do crime organizado. Aliás, esta modalidade de assalto está em alta também no Sudeste Asiático – portanto, não é um privilégio apenas do Brasil. Eventos dessa natureza encarecem a mercadoria que transita pelos nossos portos. Assim, a administração portuária é uma tarefa muito difícil de ser assumida pela iniciativa privada.

Sobre o sistema de financiamento às exportações, as linhas de crédito oferecidas via Proex e Finamex ainda cobrem apenas uma parcela pequena das exportações brasileiras. O restante busca

cobertura no exterior, inacessível às pequenas e médias empresas, muito importantes no conjunto das exportações.

O problema é grave: no exterior, as condições de financiamento são melhores do que as oferecidas aqui no Brasil. A burocracia para liberação desses financiamentos acaba inviabilizando muitos negócios. A tentativa de lançar as pequenas e médias empresas no comércio exterior é um exemplo de como este entrave pode determinar a continuidade ou não de muitos projetos.

As elevadas taxas de juros, reduzidas gradativamente, por influência das turbulências do mercado externo, limitam a oferta de recursos acessíveis de longo prazo para o setor produtivo. É, portanto, uma fonte adicional de desvantagem competitiva. Por outro lado, os mecanismos de equalização entre as taxas de juros domésticas e internacionais ainda são muito restritos.

Todos esses fatores citados fazem parte do chamado *Custo Brasil*, o que me leva a insistir na necessidade de uma reforma tributária, que dê ao nosso país, realmente, instrumentos adequados a um mundo globalizado, que negocia em blocos comerciais. Não podemos ficar a reboque de fatos econômicos para solucionarmos diversas pendências.

Se queremos ser, no Mercosul, uma plataforma de países exportadores, com os ganhos da integração regional, precisamos, por exemplo, discutir a interação das estruturas produtivas e tributárias de nossos países, o tratamento que vamos dar aos consumidores, bem como à utilização da moeda única. Precisamos pensar na preservação de mercados e nas cláusulas sociais, que interessam a todos os trabalhadores vinculados ao Mercosul.

Nossa economia acumulou ao longo das últimas três décadas um conjunto de ineficiência e distorções que prejudicaram a competitividade do setor produtivo. O avanço da abertura comercial, irreversível no mundo globalizado, deixou todos os problemas transparentes, visíveis.

Toda a regulamentação da atividade econômica traduz um custo. Assim, o *Custo Brasil* não é apenas determinado pelas deficiências de financiamentos e infra-estrutura. Engloba o sistema tributário, a legislação trabalhista e outras amarras constitucionais.

Não devemos esquecer a existência da infra-estrutura social, que tem impacto direto sobre as qualificações da força de trabalho, refletindo o quadro dramático dos sistemas de educação e saúde. É preciso dizer que, nesse aspecto, muitas empresas têm destinado parcelas significativas de seus orçamentos para suprir essas carências.

Todos sabemos que o impacto das exportações sobre o nível de emprego é muito variável de setor para setor. Tudo depende do quanto o setor mostra-se intensivo na absorção de mão-de-obra. Mas devemos ter em mente que o efeito multiplicador das exportações sobre o emprego é muito grande. Num momento em que o desemprego registra marcas recordes, cada abertura de vaga deve ser batalhada.

Estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mostra que as exportações têm de crescer 10% ao ano para fazer frente aos financiamentos necessários ao Brasil. O governo sabe disso e pretende dobrar as vendas externas (US\$ 100 bilhões) até 2002. As reformas necessárias mostram que o Congresso terá participação fundamental para que o país consiga esse objetivo. Uma questão de longo prazo é a mudança do perfil de nossa pauta de exportação. É necessário que se pense em estratégias a serem adotadas para a menor dependência dos produtos básicos e semi-manufaturados. O Brasil troca, numa relação muito desvantajosa, estes produtos por computadores, aviões de grande porte e automóveis, entre outros.

Entretanto, vários de nossos principais produtos de exportação são afetados por barreiras comerciais junto aos parceiros

internacionais. Nos Estados Unidos sofrem alta tarifação o suco de laranja, o açúcar, o fumo e o álcool etílico. Na União Européia, são o suco de laranja, os automóveis, o café solúvel, o fumo, os produtos agrícolas e carne de frango, por exemplo. Carne bovina e derivados esbarram no controle fitossanitário. No Japão, o quadro não é tão diferente, adicionando-se elevadas cotas tarifárias sobre os calçados e o arroz.

O fortalecimento no Mercosul, e temos que reforçar sempre nossa disposição junto aos nossos parceiros, será um importante instrumento de pressão para ganharmos melhores condições no mercado externo. Enquanto isso, vamos avançando. O Brasil finalmente aprendeu, desde o início da abertura comercial em 1990, passando pela Rodada Uruguai do GATT, a exigir seus direitos compensatórios junto à Organização Mundial do Comércio (OMC). A condenação dos Estados Unidos no caso das exportações brasileiras de gasolina é uma ilustração da política de negociação adotada pelo país.

O Brasil precisa, conseqüentemente, aperfeiçoar a abertura externa, efetivar seus mecanismos de defesa do consumidor, reduzir o *Custo Brasile* e desenvolver política de ciência e tecnologia, juntamente com uma política industrial. Nesse sentido, a ainda nova Câmara de Comércio Exterior (Camex) terá importante função. Será, com certeza, uma luta contra o tempo.

Sou uma pessoa otimista. O Brasil segundo o Banco Mundial, será uma das cinco maiores potências do mundo no próximo século. Poderá dobrar seu PIB em dez anos, segundo a McKinsey. Mas precisamos reconhecer que, na realidade, ainda estamos em transição para a economia de mercado, tanto internamente como para o comércio externo. As exceções, em maioria, referem-se a grandes grupos, com visão de economia globalizada.

As empresas engajadas internacionalmente sabem que o

binômio preço e qualidade é a alavanca para a conquista do consumidor em uma economia de escala mundial.

Apesar das restrições, o Brasil já está bem engajado no conceito de qualidade. São mais de 2.000 empresas certificadas com a série ISO, de longe o maior número entre os países emergentes. Só o Estado de São Paulo contabiliza um montante superior ao da Argentina ou ao do México. Poderia ser até pouco ambicioso em sugerir que essas empresas partam agora para a busca da Excelência pela Qualidade Total, como forma de competir mundialmente.

Falamos da crise da Ásia e ainda não abordamos a manchete das manchetes: a Bolsa de Valores. No âmbito do mercado de capitais, apesar das acentuadas oscilações, a Bolsa de Valores de São Paulo apresentou uma rentabilidade de 44,8% no ano passado, garantida sobretudo pelo desempenho acumulado no primeiro semestre. Foi uma das maiores lucratividades do mundo. O próximo passo nas Bolsas, acredito, é ampliar sua abrangência em benefício da participação de pequenas e médias empresas, pois precisamos de capitais locais para o nosso desenvolvimento.

O maior programa de privatização do mundo, que o governo está realizando este ano, continuará a alavancar as Bolsas de Valores. Este mercado deverá ficar ainda mais dinâmico, com a possível retomada do crescimento econômico. Se as empresas brasileiras seguirem o exemplo das americanas, vão acabar com a prevenção à abertura de sus capital e, com certeza, conseguir capital a um custo bem mais civilizado. Ao mesmo tempo, precisamos democratizar o acesso às privatizações, via utilização, por exemplo de recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

Por isso, ressalto as dificuldades empresariais de financiamento para capital de giro, num cenário de vendas baixas e

inadimplência alta. Endividar-se é assumir um risco imenso com as atuais taxas de juros, mesmo em declínio, mas que serão mantidas em patamar atraente, e elevado, para a captação de recursos externos, enquanto não avançarmos para o controle do déficit público e a independência do Banco Central, entre outros pontos. Este argumento reforça, mais uma vez, a necessidade dos ajustes nas contas públicas.

O saneamento do setor financeiro nacional traz um pouco mais de tranquilidade frente aos acontecimentos internacionais. Quem diria que o Brasil iria se antecipar ao Japão e não precisar adotar o seu Big Bang? Pois o Brasil acertou! O processo de enxugamento das instituições bancárias foi intenso no ano passado e promete muito mais para este exercício. O mundo globalizado impõe fusões e incorporações, com expressiva participação do capital estrangeiro.

Aqui, vemos a dimensão da globalização. O PIB anual, do Brasil, considerado pela CEPAL, ultrapassa a US\$ 1 trilhão. Uma mega fusão de dois bancos norte-americanos deu para a soma deles ativos de quase US\$ 700 bilhões. Imaginemos o reflexo disso nas relações de governos e empresas, em qualquer ponto do mundo.

Há outros pontos a falar sobre o capital estrangeiro. Seus investimentos diretos no Brasil totalizaram US\$ 17 bilhões no ano passado e devem ultrapassar os US\$ 20 bilhões no corrente.

A entrada recorde de divisas de mais de US\$ 16 bilhões no primeiro trimestre deste ano mostra que conseguimos contornar os acontecimentos internacionais. Ainda que haja capital especulativo nesse montante, o governo ganha tempo para melhorar a qualidade dos recursos, via privatização e reformas constitucionais.

Precisamos voltar sempre ao tema das reformas. Elas são essenciais ao nosso desenvolvimento. Vale destacar também que

nossas reservas, depois de toda turbulência, já estão elevadas novamente, alcançando neste mês US\$ 74 bilhões.

Mais um ponto positivo: o Brasil está rigorosamente em dia com seus compromissos financeiros junto à comunidade internacional. Apesar do crescimento do endividamento externo – que deve ser acompanhado atentamente – não há indícios de problemas em curto prazo.

Nem tudo, porém, parece levar a um final feliz. Existe o desemprego, que é um fenômeno mundial. Os ganhos de produtividade, a automação e novas tecnologias, o enxugamento das empresas, a terceirização e perda da concorrência para os estrangeiros levaram à menor necessidade de mão-de-obra. Estes fatos tornam-se mais relevantes quando o país precisa ter, simultaneamente, uma política de juros altos.

Embora o Plano Real tenha, na realidade, ampliado a faixa de consumidores da população, devemos lembrar que desemprego também é excluir pessoas do mercado de consumo. Ou seja, o desemprego reduz o mercado interno. Medidas efetivas de geração de empregos devem ser empreendidas pelo governo juntamente com a iniciativa privada, sem deixar de lado a importância do controle da inflação. A inflação, vale lembrar, prejudica a todos, especialmente os mais pobres. Sei que o problema é sério. Por isso, creio que pressões políticas por uma solução rápida podem ser desastrosas. Infelizmente, não existe solução rápida para o desemprego.

Destaco, ainda, que ainda há riscos no cenário internacional. Porém, temos de deixar claro aos investidores estrangeiros que não temos as condicionantes políticas da Ásia. E isso é uma vantagem. O Brasil possui uma economia caminhando para a estabilidade e uma democracia consolidada. O ano eleitoral é, portanto, um marco positivo, que nos dá ganho de credibilidade internacional. Precisamos, todavia, realizar urgentemente as re-

formas e ajustes, para não perdermos a confiança do investidor estrangeiro. O país possui potencial e está cada vez mais atraente ao capital. Não podemos desperdiçar este momento.

O Brasil, ao cuidar da sua inserção efetiva na economia globalizada, precisa tratar também do resgate da dívida social. Precisamos de propostas efetivas e imediatas de medidas junto ao emprego, saúde e educação. Já tarda a hora de erradicar a miséria em nosso país. O indivíduo globalizado, com certeza, tem de estar em dia com sua cidadania.

Outro condicionante da competitividade brasileira é a produtividade interna. Esse é um fator dramático e vale repeti-lo. Segundo estudo da McKinsey, hoje, na relação capital/trabalho, colocamo-nos abaixo de 29%, enquanto os Estados Unidos está acima de 70%. A Coréia do Sul tinha uma relação, antes da crise, de 82%.

Se conseguirmos crescer mais 6% ao ano em produtividade, teríamos de aumentar a nossa aplicação de capital interno próprio na ordem de 19%. Com isso. O PIB brasileiro iria dobrar a cada dez anos, sem nenhum dispêndio a mais de bem de capital, a não ser os já colocados como despesas normais do processo, do orçamento e dos investimentos empresariais e governamentais.

Deputado Paulo Bornhausen - Doutor Mario Garnero, vou interrompê-lo por um segundo para convidar o líder Inocêncio Oliveira a participar da Mesa. (Palmas)

Mario Garnero - Estávamos falando sobre a produtividade interna brasileira que hoje ainda é de 27%. A razão disso se deve à educação. Na China, a média de educação é de 12 anos; no Brasil, é de apenas 6.

Em termos de internacionalização, está o País aberto ou

não? No ranking mundial estamos em 39º lugar. Apesar da solidez das nossas instituições financeiras, ocupamos o 41º lugar. Em gerenciamento, estamos, em relação aos outros, em 29º. Se tivermos reestruturação dos métodos de produção, por meio da educação, a curto prazo poderemos crescer entre 6 a 12%. Isso nos levaria a ocupar um lugar entre os líderes. Estou a disposição dos senhores para esclarecê-los, se houver necessidade.

Deputado Paulo Bornhausen - Vamos prorrogar a exposição do orador por mais cinco minutos.

Mario Garnero - O Brasil hoje tem uma posição de competitividade muito favorável em relação aos países asiáticos. Possuímos um mercado interno extremamente importante e instituições bancárias mais sólidas do que os outros países asiáticos. Essa posição se reforçará no futuro, com a adoção da moeda única do Mercosul, O Professor Montoro foi o pioneiro ao sugerir que essa moeda única seja desvinculada do dólar ou do euro. Estamos longe do iene, que, por longo prazo, ainda será a grande fonte de problemas para a economia mundial.

Gostaríamos de ser *global traders*. Entretanto, temos de almejar ser *global players*. Para sermos jogadores internacionais de peso na economia, precisamos fazer reformas internas. Devemos trabalhar sem peias, criando riquezas e dobrando nosso Produto Interno Bruto num prazo de 10 anos. Se isso ocorrer, estaremos entre as quatro ou cinco maiores economias do mundo, de acordo com previsões do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. (Palmas.)

Deputado Paulo Bornhausen - Agradecemos ao doutor Mario Garnero pela excelente exposição feita. Com a palavra o nobre Líder Inocêncio Oliveira.

Deputado Inocêncio Oliveira - No ano passado, o doutor Mario Garnero patrocinou um seminário em Mônaco para discutir a integração do Mercosul no contexto mundial e convidou-me para expor algumas idéias sobre as reformas constitucionais fundamentais para que o Brasil pudesse se adaptar aos novos tempos. Vossa senhoria tem sido muito feliz na defesa da tese de que o Brasil precisa tomar algumas medidas para se integrar a esse novo contexto mundial.

O modelo estatizante, na minha opinião, fracassou, primeiro porque não foi capaz de gerar igualdade de direitos para os cidadãos; segundo, de incluir a população excluída; terceiro, de gerir bem todas as atividades. Não creio que o mercado seja capaz de fazer tudo isso.

Acredito que se está no modelo não de um Estado mínimo, mas de um Estado necessário, que atue muito bem em saúde, educação, segurança e forneça a infra-estrutura, para que a iniciativa privada, instalando-se, possa gerar os empregos de que ele não é capaz.

Esse Estado necessário não pode ficar desprotegido para atuar em defesa do cidadão e da sociedade, não pode estar atrelado a grupos ou corporações. O mercado precisa ser muito bem regulado. Muito pior do que o monopólio público é o privado, o oligopólio, o cartel.

Acredito que a conjugação do Estado moderno com o mercado livre para produzir, criar e progredir, é fundamental. Entretanto, fica o intermediário, a terceira força que se cria e que o mundo inteiro procura: a organização social, sociedade civil organizada, as ONGs. As organizações não-governamentais surgem como uma terceira força de indução dessas duas atividades, tanto do Estado necessário quanto do mercado altamente competitivo.

Sempre que um empresário como o Dr. Mario Garnero se

interessa pela integração do Brasil nesse novo mundo, que ao final do século, início do terceiro milênio da era cristã, será o grande desafio de todos os países – e o Brasil, queiram ou não, estará incluído entre as seis maiores potências do mundo, porque tem um PIB de um trilhão de dólares – sentimo-nos felizes.

Acredito que a integração do Mercosul na Alca é uma realidade que precisa ser melhor discutida. Vamos, primeiro, fortalecer o Mercosul, integrando-o a setores mais competitivos, para, em 2005, começarmos esse processo, que não é imediato.

Doutor Mario Garnero, essas eram algumas considerações que queria rapidamente fazer. Sou daqueles que se preocupam com o Brasil, sobretudo com o desemprego. Mas não sou pessimista em relação a esta Nação. Penso que nenhum país do mundo tem as nossas condições de gerar tantos empregos.

Temos um déficit de 10 milhões de habitações. Se gerássemos um programa de 600 mil habitações/ano – o que é plenamente factível, invertendo-se o fluxo migratório – não nos grandes centros urbanos, mas nos 5.500 municípios brasileiros, poderíamos, com um programa de 2 bilhões e 4 milhões/ano, gerar 3 milhões de empregos/ano.

Temos o CIPS, um programa que envolve a micro e pequena empresa. Nele, numa guia única feita à mão, a empresa poderia faturar 60 mil reais/ano, 5 mil reais/mês e pagar 5% de todos os impostos - federal, estadual e municipal.

Esse programa deveria ser melhor estimulado. A empresa que chegasse a 720 mil reais/ano pagaria apenas 10% numa guia única preenchida à mão. Isso seria a desburocratização, a simplificação desse sistema e, portanto, poderíamos gerar centenas de milhares de empregos na cidade, formalizando uma economia que está totalmente informalizada e, mais do que isso, aumentando o PIB do Brasil em mais de 30%.

No Brasil, 80 milhões de toneladas de grãos – como se

costuma apregoar – não é uma supersafra. Nosso País tem potencialidade para chegar a 200 milhões de toneladas de grãos a curto prazo. É preciso estimular a agricultura, inclusive por meio de um programa altamente vitorioso chamado *Pronaf* – Programa Nacional de Agricultura Familiar – em que com dois, três ou quatro mil reais pode fixar uma família no campo.

O quarto fator importante para o Brasil dar um salto e gerar milhares de emprego é o turismo. A Espanha recebe 40 milhões de turistas/ano; Paris, 40 milhões; Brasil, apenas 2 milhões.

O turismo brasileiro, com os negócios de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, a beleza nas praias do Nordeste, as mais bonitas do mundo, sol o ano inteiro, e o ecoturismo no Pantanal do Mato Grosso e Hiléia Amazônica, poderia gerar mais renda e postos de serviço.

Acredito, por isso, no futuro deste País. Sou daqueles crentes de que o Brasil tem um destino que será cumprido. O Presidente Fernando Henrique Cardoso vem fazendo um grande trabalho, hoje reconhecido mundialmente. Muito obrigado. (Palmas)

Deputado Paulo Bornhausen - Com a palavra o Deputado Germano Righotto, para as suas saudações e, em seguida, abriremos a lista de inscrição.

Deputado Germano Righotto - Gostaria de dizer que é muito importante o depoimento que o doutor Mario Garnero presta às duas Comissões. S.Sa., que preside o Fórum das Américas e realiza um trabalho tão importante nessa discussão do processo de integração do Brasil dentro do Mercosul e as relações comerciais do Brasil com blocos econômicos e outros países. E vossa excelência, que também é Presidente do Conselho de Adminis-

tração do Grupo Brasilinvest e Presidente do Instituto Interamericano de Estudos Jurídicos do Mercosul (Jurisul), traz para os deputados, membros das duas Comissões, informações muito positivas, muito importantes.

Doutor Mario Garnero, como vossa senhoria já apontou, temos a questão da competitividade no Mercosul e com outros blocos econômicos, a crise dos países asiáticos e o reflexo dessa crise nas nossas exportações. Mas sabemos que *o Custo Brasil* é um fator impeditivo do aumento das nossas exportações. Ouvimos hoje pela manhã o Ministro da Indústria e Comércio, José Botafogo, numa audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação, falar sobre os avanços para dar à empresa nacional condições de competir nesse mercado globalizado, nessa economia globalizada.

No entanto, apesar desses avanços, que aconteceram muito em função do trabalho do Poder Executivo e do Congresso Nacional, sabemos que às vezes o empresariado não compreende as conquistas obtidas nos últimos três anos. Parece que alguns não querem enxergar que este Congresso Nacional trabalhou votando projetos importantíssimos. Só as mudanças no capítulo da ordem econômica exigiram votações de emendas constitucionais para cuja aprovação são necessários três quintos de votos, em dois turnos na Câmara e dois turnos no Senado. A aprovação dessas matérias foi difícil em virtude dos interesses corporativos que estavam em jogo. Alguns não entendem o que representou de avanço a aprovação dessas emendas constitucionais, assim como a regulamentação das mesmas, para o aumento da competitividade das nossas empresas e para as nossas exportações.

Eu somaria a isso, doutor Mario Garnero, a questão da Lei de Concessões de Serviço Público e a desregulamentação dos portos, projetos que foram aprovados por este Congresso Nacional e significam um avanço considerável na obtenção de maiores

condições para competir e para exportar. No entanto, não tenho dúvida de que temos ainda problemas a enfrentar e etapas a vencer.

Doutor Mario Garnero, na minha opinião, o grande problema existente nas nossas exportações não é a questão cambial, como vossa senhoria disse muito bem. Talvez, a política monetária traga problemas para as nossas exportações, tendo em vista os juros altos, mas o nosso grande problema é o sistema tributário. Quer dizer, temos um sistema tributário que penaliza a produção e a empresa nacional, pois os produtos que vêm de fora têm uma carga tributária muito menor do que a do produto nacional, o que torna o produto estrangeiro mais barato. O produto nacional, quando vai para o exterior, tem embutido em seu preço enormes tributos, apesar da Lei Kandir, e não tem condições de competir no mercado internacional.

Doutor Mario Garnero, gostaria de ouvir uma observação sua com relação ao nosso sistema tributário. Vossa senhoria concorda em que a reforma tributária seria a mais importante? A segunda e última pergunta refere-se à moeda única no Mercosul. Quando esteve visitando o Brasil, o Presidente Menem se antecipou e defendeu a implantação de uma moeda única no Mercosul. Na sua opinião, doutor Mario Garnero, quais as etapas que teremos de vencer para obter essa moeda única?

Deputado Franco Montoro - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Deputado Paulo Bornhausen - Com a palavra o deputado Franco Montoro.

Deputado Franco Montoro - Senhor Presidente, infelizmente, estou sendo chamado ao plenário e terei de me retirar, mas

não queria fazê-lo sem deixar de cumprimentar as Comissões pela iniciativa de trazerem ao debate de tão importante matéria alguém com a autoridade e a competência do professor Mario Garnero. Aproveitando o início do debate que já se trava e a importância do assunto, focalizado especialmente na reforma tributária, ousou fazer uma sugestão, a de que ambas as Comissões convoquem nova reunião e tragam o nosso Mario Garnero para explicitar mais a questão da reforma tributária, que realmente é fundamental. Congratulo-me com esta Comissão conjunta pela iniciativa, com o doutor Mario Garnero pela brilhante exposição e peço permissão para me retirar por deveres parlamentares.

Deputado Paulo Bornhausen – senhor ex-governador Franco Montoro, queremos agradecer a V. Exa. a sua participação e fazer o registro que sempre fizemos aqui: com vossa excelência aprendemos a cada dia, em função de toda a sua história no que diz respeito à integração da América Latina. Vossa excelência terá sido um dos precursores desse processo na política nacional, entre os homens públicos brasileiros, e por isso as suas declarações sempre são muito importantes.

Esta Comissão vai registrar a questão de um debate mais profundo para a reforma tributária e provavelmente, na próxima reunião, deliberará sobre a escolha de uma data. E já queremos convidar vossa excelência para ser um dos debatedores.

Deputado Franco Montoro - Aceito o convite.

Deputado Paulo Bornhausen - Eu faria uma sugestão, doutor Mario: além da pergunta do deputado Germano Righotto, vossa senhoria ouviria a da deputada Maria Elvira. Eu pediria aos outros blocos e ao deputado Maurílio Ferreira Lima que nos dessem essa possibilidade. Furando a fila, passamos a palavra à

deputada Maria Elvira, em homenagem à mulher e à parlamentar combativa que é.

Deputada Maria Elvira - Agradeço ao deputado Paulo Bornhausen, Presidente da Comissão, a deferência e, inclusive, penso que é muito interessante esse acúmulo de perguntas, porque facilita o nosso trabalho, por uma questão de didática e de tempo, tendo em vista que daqui a pouco começará a Ordem do Dia. Queria cumprimentar o doutor Mario Garnero, que já conheço há muitos anos pela leitura de seus artigos, pela sua participação como líder empresarial que é, assim como o deputado Germano Righotto, Presidente da Comissão da Alca, e o nobre deputado Paulo Bornhausen.

Aqui estou como Parlamentar, mas também como representante de uma entidade sobre a qual o Deputado Inocêncio Oliveira há pouco falou. São justamente as ONGs, essas novas entidades que existem no mundo e, sem dúvida, estão sendo muito importantes para o avanço da democracia e da organização da sociedade civil. Represento aqui o Fórum de Mulheres do Mercosul, do qual sou Presidente do capítulo brasileiro.

Na semana passada, reunimo-nos em Buenos Aires com vários embaixadores e tivemos a oportunidade de discutir o cerne do nosso movimento, que se preocupa não apenas com os problemas relacionados com as mulheres, mas, principalmente, com a globalização e a inserção dos nossos países no Mercosul. Este seria *leit motif* do avanço do nosso Hemisfério, do avanço do Continente americano e, com esse trabalho, alcançaríamos a nossa meta: dissipar a fome, a miséria e buscar os reais valores citados há pouco pelo nobre deputado Inocêncio Oliveira.

Sobre isso eu queria deixar três pontos para a nossa reflexão conjunta.

Ouvi do Ministro brasileiro em Buenos Aires, embaixador

Luiz Felipe Lampréia, algumas avaliações sobre o avanço do Mercosul. Primeiro, sua excelência falou com muita clareza que, embora falemos muito em Mercosul, ainda não somos um mercado comum. Na verdade, vivemos um processo de união aduaneira que precisa avançar, um processo que está sendo lento, apesar de os prazos legais estarem sendo cumpridos. Mas, na avaliação do Embaixador e também na nossa avaliação, o processo precisaria ser acelerado, partindo do ponto que chamaríamos de “institucionalização do Mercosul”, que inclui, justamente, temas como o levantado pelo Deputado Germano, que falam na questão da moeda, um velho sonho diante do qual a própria União Européia ainda titubeia, mas avança de forma firme, num Parlamento comum entre nós e na solução dos conflitos, que, tendo surgido com o Mercosul, estão-se agigantando, vamos dizer assim.

Esses problemas políticos são muito sérios. E eu pergunto à vossa senhoria: como seriam resolvidos? Com um juizado, um tribunal, um júri, que possa resolver essas questões, que nos estão preocupando muito? Cito um exemplo concreto que estamos vivendo no Brasil com a questão do leite. O Governo brasileiro tem tomado providências, medidas importantes, mas que estão trazendo litígio. Ainda há pouco, em Buenos Aires, ouvimos de autoridades e de empresárias que atuam na área agropecuária que as posições do Brasil não foram justas para com o Mercosul. Mas, efetivamente, se o Governo brasileiro não as tivesse tomado, estaríamos, como estamos, destruindo o setor, que está vivendo a pior fase da sua história, um processo de inanição, tendo em vista o preço que está sendo pago às cooperativas pelas multinacionais no Brasil. Estamos, assim, enfrentando uma concorrência desleal com a Argentina, que traz o leite da Holanda, da Europa, a preço de banana, o que está destruindo a nossa bacia leiteira no Brasil. Eu queria ouvir vossa senhoria a esse respeito.

Deputado Germano Righotto - Senhor Presidente Paulo Bornhausen, as considerações da Deputada Maria Elvira já estão no contexto da reunião de hoje à noite.

Deputado Paulo Bornhausen - Com a palavra o doutor Mario Garnero.

Mario Garnero - Deputado, responderei primeiro à deputada Maria Elvira. Deputada, acho que vossa excelência tocou em alguns pontos extremamente importantes e por coincidência estávamos, na semana passada, em Buenos Aires com uma delegação de quarenta juizes dos tribunais superiores brasileiros, Ministros do Supremo Tribunal Federal, o procurador-geral da República, o advogado-geral da União, para fazer um seminário exatamente sobre este tema, que foi aberto pelo presidente da Suprema Corte da Argentina: Qual será o caminho para a harmonização da legislação no Mercosul e como se resolverão os conflitos que vão surgir inexoravelmente?

V. Exa. citou a questão do leite, do açúcar, há vários outros. São problemas que, até um determinado momento, tinham um encaminhamento no livro natural, na arbitragem e na ação dos governos, mas depois começarão a extravasar porque serão de tal maneira grandes e diversos que não podemos imaginar que o Itamaraty ou o Presidente Fernando Henrique possam resolver com o Presidente Carlos Menem e vice-versa. E se mudarem os governos?

Então, e estou falando na qualidade de Presidente do Instituto Interamericano de Estudos Jurídicos do Mercosul (Jurisul). Na reunião de Ouro Preto, com a participação de todos os presidentes das cortes supremas do Mercosul, realizada há um ano e meio, foi estabelecida a prioridade para a harmonização das leis e para que se encontrassem instrumentos capazes de superar as

diferenças que existem, hoje, na maneira como são encarados os tratados pelos países.

Os tratados na Argentina têm um caráter supranacional, os tratados no Brasil são infraconstitucionais. Portanto, temos já uma dificuldade enorme na aplicação de alguns pontos importantes e dentro desses, vou citar um exemplo claro que aconteceu conosco mesmo. Queríamos participar com um grupo argentino, em 50% e 50% numa sociedade nas tevês a cabo no Brasil. Decidimos fazer uma sociedade binacional. Quando fomos ler os editais, vimos que a Constituição brasileira vedava a participação de empresas binacionais porque, na área de telecomunicações, há necessidade da prevalência de 51% do capital nacional.

Então, pergunto: a lei que cria a empresa binacional é para valer ou não é para valer? O negócio não aconteceu, porque, numa concorrência desse tamanho, nosso parceiro argentino não queria ser minoritário. O problema do leite, que vossa excelência apontou é um outro problema. O problema do açúcar parece-me mais grave.

O embaixador Sanches Correia, com quem conversei na semana passada, depois da reunião, me disse: “você sabe o que está acontecendo, Mario, no negócio do leite? O maior importador de leite da Argentina é um brasileiro, que tem um escritório de 10 metros quadrados na Avenida Rio Branco, que está comprando o leite, não paga os impostos e o coloca nos supermercados a um preço muito baixo. Nem é a questão das grandes empresas produtoras nem das cooperativas.”

Há furos e esses furos terão normalmente de ser resolvidos na legislação . Achamos que o caminho esteja num tribunal supranacional para resolver esses problemas. Quanto à questão da Alca, concordo com o deputado Inocêncio Oliveira. Acho que o Itamaraty acertou fundamentalmente na política de criar os blocos políticos e os blocos econômicos para uma negociação

final com a Alca em 2005. Sempre vimos a responsabilidade com que o Itamaraty conduziu essa negociação sobre o fio de uma navalha. Uma negociação que, a princípio, os americanos queriam fazer país a país, um erro crasso da diplomacia americana.

De modo que há necessidade, quando falarmos da Alca, de institucionalizarmos o Mercosul. Cito o Embaixador Guelar: “O Mercosul só sobreviverá se ele for uma entidade política porque, se não for uma entidade política, será uma zona livre de comércio, evidentemente será absorvido por um gigante que compra US\$ 1,4 trilhão por ano. De modo que temos de caminhar para a institucionalização do Mercosul num primeiro momento.

Vossa excelência aborda a questão, por exemplo, da circulação de pessoas. Um mercado comum é feito pela livre circulação de pessoas. Vossa excelência tente ter um gerente seu aqui trabalhando em Buenos Aires e vice-versa. Pior, tente entrar na Argentina. Fomos lá e tentamos entrar com a delegação oficial, onde havia 27 ministros do Supremo Tribunal. Ficamos 40 minutos na fila da alfândega de Buenos Aires! E quando um argentino vem aqui, passa pelo mesmo problema. Estamos ainda discutindo pontos que, realmente, obstaculizam a criação da entidade política. Sem entidade política seremos vencidos no processo.

Vossa excelência abordou também a questão do parlamento. Acho que o parlamento será redivivo num grande parlamento latino-americano e, depois, no parlamento da Alca. Esse processo ultrapassará o prazo de 2005, mas, nesse período de tempo, poderemos chegar na moeda única. E aí também respondo — se me permitir, vossa excelência tocou no assunto — ao Deputado Germano Righotto. Há condições de moeda única hoje. Ela aumentaria a escala dos nossos países. O euro passou a ser uma moeda, de reserva internacional, que vai se ombrear com o dólar. Evidentemente que uma moeda que fosse criada traria avanços importantes, um deles o de criar uma área ampla de circulação

de recursos. Hoje, trocamos. O Brasil vende para a Argentina em dólar e a Argentina vende em dólar para o Brasil. Nem escrituralmente temos uma moeda. Pagamos comissão, quando vendemos e pagamos comissão de troca de moeda. Escrituramos moedas que não são nossas.

O Presidente Carlos Menem, o ministro Jorge Fernandes, primeiro-ministro da Argentina, semana passada, tocaram no assunto: “Como o senhor vê a moeda única?” Eu disse: “Se fizeram da moeda única o veículo da mensagem da unidade política, acho que o momento foi perfeito. Temos tempo e podemos chegar em dez ou quinze anos, mas será sempre um alvo para perseguir no cunho do Mercosul dentro da Alca”.

Acho que fiquei devendo apenas uma resposta da parte tributária ao Deputado Germano Righotto. Acho que o Congresso Nacional produziu, e muito, no caminho das reformas. A resposta que queria dar a vossa excelência é a seguinte: se desonerarmos 17% de impostos em quaisquer produtos brasileiros, seremos competitivos e chegaremos aos US\$ 100 bilhões, economizando 30% do lapso temporal previsto. Acho fundamental a reforma tributária, menos pela mensagem externa, muito mais pela mensagem interna.

Deputado Paulo Bornhausen - Continuando nossos debates, gostaria de incluir um tema que a Deputada Maria Elvira levantou: o leite. A taxa interna da Argentina de financiamento para os produtores está ao redor de 3% ao ano ou alguma coisa menor do que isso. Nossa taxa fica na casa dos 20% ao ano. Essa diferença é brutal e se reflete nas exportações. Na Argentina também tive oportunidade de expor isso.

Pedimos a compreensão deles nesse assunto. Não queríamos colocar nenhum tipo de barreira ou de proteção, mas, para o bem do Mercosul, precisávamos preparar uma equação com

esse diferencial de taxa – um problema estrutural brasileiro para ser resolvido a longo prazo. A Argentina já avançou muito. Teve condições de uma competitividade maior em função de taxas de juros internas menores, que financiam os seus produtores. Por isso podem colocar mais facilmente seus produtos no Brasil e em outros lugares do mundo. Mas esse é só um adendo. Vou passar a palavra ao deputado Maurílio Ferreira Lima e, em seguida, para o deputado Valdir Colatto.

Maurílio Ferreira Lima - Quero me congratular com as duas Comissões pela oportunidade de convidar o doutor Mario Garnero, um homem que tem uma influência muito grande neste País. Pelas iniciativas que tem tomado no sentido da integração do continente latino-americano e da elevação do nome do Brasil no contexto externo através do Fórum das Américas, as opiniões do doutor Mario Garnero têm um peso muito importante e devem ser levadas em consideração pelo nosso Governo, porque representam uma média de opiniões de um setor fundamental do País, o nosso empresariado.

O doutor Mario Garnero teve aqui a oportunidade e a coragem de tomar uma posição sobre um debate que parecia ser pequeno, menor, sobre a questão cambial. Ouvimos, neste País, um coro muito bem orquestrado pedindo a desvalorização da nossa moeda. As pessoas se esquecem do aspecto político de uma desvalorização. Uma moeda é símbolo, e, na proporção em que o nosso Governo tomasse a iniciativa oficial de uma desvalorização, isso teria um impacto psicológico na condução do Plano Real, que tem mostrado os seus êxitos no nosso País.

O mais importante foi o fato de o doutor Mario Garnero ter apresentado alternativas; não ficou apenas numa posição de mostrar a incoseqüência de um debate sobre valorização ou desvalorização da nossa moeda. Sua senhoria apresentou alterna-

tivas e nos mostrou que podemos dobrar as nossas exportações, atingindo melhor o mercado externo, tomando iniciativas que não tenham o Alcance político negativo de uma desvalorização. Quero me congratular com o doutor Mario Garnero. É muito importante que posições como essas sejam divulgadas no nosso País, para que não pareça que a questão cambial é a caixa de Pandora das nossas dificuldades.

Gostaria, doutor Mario Garnero, de que vossa senhoria desse uma ênfase maior à questão política da Alca e do Mercosul. Essa é a questão crucial e o grande desafio da integração latino-americana. Não podemos chegar à Alca em detrimento do Mercosul. Temos escutado vozes importantes deste País se manifestando no sentido de se apontar a Alca como um objetivo estratégico que temos que atingir a longo prazo, mas a curto e a médio prazo, para melhor alcançarmos êxito com a grande integração latino-americana, temos que consolidar o Mercosul. Talvez tenha sido a primeira vez que tenha escutado de uma liderança importante no País a afirmativa da necessidade de se dar um aspecto político ao Mercosul, e isso é fundamental.

Deputado Paulo Bornhausen - Doutor Mario Garnero, vamos acumular mais uma pergunta, em seguida vossa senhoria responde. Passo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

Deputado Valdir Colatto - Acompanhamos o Mercosul em todas as suas ações, mais especificamente na área da agricultura, e vejo vossa senhoria falar pouco nessa área, até porque é mais ligado à indústria. Li aqui nesse documento que vossa senhoria trouxe, que o Brasil está aberto para importações indiscriminadas, e que não é bem assim; as exportações são bens de capital, que as compras são de equipamentos para modernização do parque industrial etc.

Como vossa senhoria está no Fórum das Américas e no Jurisul, que trata de estudos jurídicos, gostaria de tocar num ponto importante, perguntar se vossa senhoria tiver alguma informação a respeito das tarifas compensatórias. Na Rodada do Uruguai tivemos a possibilidade, com o Decreto nº 172, de cada país determinar tarifas compensatórias. O Brasil infelizmente não o faz; se o faz, o faz modestamente. O problema é que nessas importações podem existir subsídios embutidos. É difícil saber se há ou não subsídios. Quando se levanta essa questão do subsídio sempre há um alguém que busca, através de mandado de segurança, a liberação desse produto. É expedida uma liminar, esse produto vai ao mercado e fica-se discutindo isso juridicamente. Se temos dificuldade de discutir isso juridicamente no âmbito nacional, imagine nos foros internacionais.

Somos muito incipientes ainda nesse assunto e na organização interna de fiscalização da entrada desses produtos. Falo aqui, especificamente, na área agrícola. Temos apenas 270 fiscais no Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Como é que vamos resolver essa questão dos foros jurídicos internacionais para sabermos se tais produtos realmente são subsidiados? Sabemos que há produtos que, devido à dificuldade de se ter o certificado de origem, passam pelo Mercosul para entrarem no Brasil. Isso tem nos dificultado muito e trazido problemas sérios à questão dos produtos primários, como falou a nossa deputada Maria Elvira.

Nós não importamos apenas bens de capital. Por exemplo: o trigo é a segunda importação do Brasil, só perde para o petróleo. Importamos quase US\$ 1 bilhão de trigo. E há trigo de outros países que passa pelo Mercosul, para receber os benefícios, e vem para o Brasil. Como vamos resolver essa questão jurídica internacional? Precisamos de um caminho curto para que possamos decidir essas pendências. Muitas vezes não sabemos o que fazer

com elas, se vamos para o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, onde se discute quatro, cinco meses, dois anos para nada se resolver.

A outra pergunta que gostaria de fazer a vossa senhoria é sobre o financiamento das importações. Entendo que estamos, na verdade, trazendo dificuldades enormes não só para o produtor, mas para o produto brasileiro, além disso, burlamos o sistema para internar recursos financeiros a custos baixos, pelo financiamento das importações. Sabemos que esses financiamentos na área agrícola chegam a 360 dias com juros de 6, 7, 8% ao ano. Com a venda desse produto, na verdade, está se internando dinheiro a custos mais baixos que os do mercado. Por exemplo, no caso do trigo, as indústrias preferem comprar o trigo importado financiado a comprar o trigo nacional, que precisa ser pago à vista, aos custos do dinheiro do Brasil.

Como é que vamos resolver essa questão? Acredito que na indústria também exista esse problema. Como vamos compensar isso, se o Brasil não tem uma linha de crédito para financiar a exportação a esse custo do dinheiro? Há também a supervalorização do real frente ao mercado internacional. Como vossa senhoria está vendo isso, como vamos equilibrar essas contas dentro desses três aspectos?

Temos um projeto, inclusive tramitando na Comissão de Agricultura e Abastecimento, sobre as tarifas compensatórias. Sabemos que outros países fazem isso e o fazem bem, e estamos praticamente de portas abertas em diversos setores. Na verdade, o Mercosul hoje é uma área de livre comércio, não um mercado comum. O comércio está atropelando o processo institucional em diversas áreas. Essas questões estão quebrando setores da economia, incapazes de concorrer, e estamos perdendo emprego. Na verdade, geramos empregos em outros países.

Deputado Paulo Bornhausen - Com a palavra o doutor Mario Garnero.

Mario Garnero - Obrigado, deputado Valdir Colatto. Obrigado deputado Maurílio Ferreira Lima, pelas suas considerações, pelas suas palavras a meu respeito. Gostaria de responder a vossa excelência usando talvez o próprio caminho que o Itamaraty e o Governo brasileiro estão seguindo no processo de integração.

Acho que, no que se refere à Alca, o Brasil não pode ser a Inglaterra, os eurocéticos, do processo de integração continental. Não podemos ser, os amerocéticos no processo. Temos que encarar o valor de atração que um mercado como o americano, que importa US\$ 1,4 trilhão de dólares e tem déficit praticamente com todo o mundo, menos conosco.

É evidente que em 2005, se não houver uma união forte, nem a Argentina resistirá a um acordo proposto pelos americanos, nem nós mesmos, muito menos os paraguaios e outros países. Acredito na política estabelecida pelo Governo brasileiro de criar os blocos. Primeiro foi o Mercosul. Depois atraímos a Bolívia e o Chile, aproveitando-se de um descuido americano na questão do Chile, e, agora, ampliando-se com o Pacto Andino, já cria uma massa crítica para a negociação final de 2005. O Ministro Lampréia conseguiu uma coisa extremamente importante: o Brasil e os Estados Unidos co-presidirão as negociações de 2005.

No meu entender, precisamos dar capacitação política ao Mercosul, aproximar-se do Pacto Andino, trazer o Suriname e a área do Caricom. Na negociação final em 2005, devemos deixar o NAFTA de um lado e o restante das Américas do outro lado. Essa política resultará numa presidência dupla: Estados Unidos e Brasil. Esse acordo inclusive vai dar, como o deputado abordou muito bem, o acesso aos mercados brasileiros agrícolas contra a

taxação, limites fitossanitários ou barreiras reais que os americanos têm.

O Brasil e o restante da América Latina vão constituir praticamente um bloco de quase trezentos milhões de consumidores, com peso específico, com um PIB que deve se aproximar de US\$ 2 trilhões de dólares e com o peso político importante da liderança brasileira na América Latina.

Nesse ponto gostaria de dizer a vossas excelências que não há liderança envergonhada. O Brasil tem que assumir a posição de líder, assim como os Estados Unidos assumem a sua posição de líder. Não podemos imaginar que vamos ferir outros dizendo que não somos líderes. Como é que alguém que tem US\$ 1 trilhão de dólares de produto interno bruto pode dizer a um outro país o seguinte: bom, gostaria que você liderasse, porque eu serei o segundo na fotografia, no *photochart*. Não é possível. O Brasil tem que assumir essa posição de liderança compartilhada clara, em harmonia com os outros países do Mercosul e das Américas. Essa me parece uma função específica.

Temos um representante da embaixada mexicana que mostra claramente um ponto importante: quanto o comércio entre regiões cresceu depois do Nafta. Quanto o México exporta hoje para os Estados Unidos e quanto exportava antes? Passamos de números ao redor de US\$ 45 bilhões de dólares para US\$ 82 bilhões de dólares em exportações neste ano, dentro do Nafta.

Temos que ser realistas. Não podemos ser os eurocéticos do processo de integração das Américas porque essa integração é inexorável. Ela vai sair e será tanto melhor quanto mais clara for a posição de liderança e de união em torno da liderança de que o Brasil dispuser.

Quanto ao segundo ponto, deputado, confesso que teria que aprender com vossa excelência. Teria que pedir-lhe que fizesse aqui uma exposição sobre tudo aquilo que vossa excelência

levantou, mas vou tentar responder modestamente, pois não sou especialista na área agrícola.

Acho que dentre os mecanismos que estão surgindo no Brasil, há um extremamente importante, que é o acesso à OMC. Lembra-se vossa excelência da questão da exportação da gasolina brasileira para os Estados Unidos, e que a OMC resolveu a favor do Brasil. Acho que utilizamos pouco a possibilidade de ir aos organismos internacionais e se defender. O Brasil tem usado pouco - estou falando sobre a indústria, mas se aplica totalmente sobre a agricultura - a sua lei interna *antidumping*.

Penso que a alfândega brasileira, com a nova lei estabelecida, tem condições de agir claramente no que se refere a subfaturamento, escamoteação e origem de produtos pelo processo de valoração aduaneira. Acho que o mundo todo está aplicando algum mecanismo de proteção. A Argentina já aplica. Vossa excelência diz que o produto entra pela Argentina. A Argentina sabe, porque tem um processo de valoração aduaneira, exatamente qual é o produto que saiu, de que país - se da Polônia, da Alemanha -, a que custo saiu, qual o tipo de financiamento dado, qual o tipo de subsídio dado. A Receita Federal brasileira tem as mesmas condições, pela legislação. Lembra-se vossa excelência que isso não era legalmente possível? Sabíamos que podia ter havido sub ou superfaturamento, mas não havia uma lei que punisse isso. Hoje nós temos as condições.

Creio que os instrumentos não serão apenas as câmaras de comércio, as câmaras setoriais, mas a Receita Federal, a OMC e as entidades de classe quem tomarão as defesas desses caminhos escusos percorridos.

Quanto ao financiamento, o deputado Paulo Bornhausen disse muito bem. Há um diferencial de taxa muito grande. Hoje, no Brasil, talvez tenhamos condições de mudar um pouco essa estrutura de taxa, mas nunca seremos competitivos com a taxa

argentina. Creio que temos que trazer este assunto para o âmbito da negociação e do arbitramento entre os governos. Não vejo uma solução clara para responder a sua pergunta, a não ser com o envolvimento dessas três entidades: Receita Federal, entidades de classe e OMC.

Deputado Paulo Bornhausen - Não havendo mais nenhum inscrito, gostaria de agradecer ao doutor Mario Garnero por ter aceitado o convite desta Comissão, juntamente com a Comissão da Alca. Muito nos honra a sua presença, pela sua envergadura dentro do mundo empresarial e das suas atividades, que vão além do mundo empresarial, empenhadas dentro de organizações que têm por objetivo o desenvolvimento econômico e social do país.

Deputado Germano Righotto - Deputado Paulo Bornhausen, antes de vossa excelência encerrar a reunião, gostaria de fazer um registro, como Presidente da Comissão da Alca, para que fique nos anais e até para conhecimento dos nossos convidados de hoje.

Nestes dias tivemos um grande jornal do centro do País criticando o Congresso Nacional porque não estava acompanhando o processo de implantação da Alca. Foi um artigo escrito por um jornalista, um articulista, com quem até entramos em contato e mostramos a realidade.

Estamos acompanhando o assunto e temos uma posição. O deputado Maurílio Ferreira Lima levantou a questão de priorizarmos o Mercosul, de acompanharmos e apoiarmos a posição do Governo brasileiro, através do Itamaraty, na gradualidade para implantação da Alca. Esta posição é apoiada por todo o Congresso Nacional. É a posição do Governo e de todos os partidos dentro do Congresso Nacional, tanto das bases de sustentação do

Governo como dos partidos de oposição que estão representados na Comissão da Alca.

Doutor Mario Garnero, quero deixar isto muito claro. Essa posição não é apenas do Governo brasileiro. A questão da gradualidade, do ano de 2005 ser um ponto de partida e não de chegada, não é uma posição apenas do Governo, mas também do Congresso Nacional, que tem acompanhado todo esse processo.

A prioridade para o Congresso Nacional é o fortalecimento do Mercosul. A Alca deve e pode vir no seu devido tempo, não aceitando as pressões que estão vindo de fora para acelerar o processo de integração hemisférica. Por isso as duas Comissões têm trabalhado juntas. Na verdade, o importante é o fortalecimento do nosso bloco regional e não ficarmos apenas acompanhando a questão da Alca, mas acompanharmos a integração e os contatos de um trabalho com os países andinos, com a comunidade europeia, tudo aquilo que o Governo brasileiro, através do Ministério das Relações Exteriores, está fazendo muito bem. Não podemos deixar de entender que é muito importante o fortalecimento do bloco regional e esses contatos com outros blocos econômicos que estão sendo feitos.

Desculpe-me, deputado Paulo Bornhausen, mas era muito importante deixar registrado para os nossos convidados que o Congresso Nacional está acompanhando o processo de implantação da Alca, em todas as etapas; está presente em todos os encontros realizados e a nossa posição é a mesma do Governo brasileiro: gradualidade e 2005 sendo um ponto de partida e não de chegada.

Deputado Paulo Bornhausen - doutor Mario, não quero nem de longe ser deselegante ou deseducado, mas estamos começando a Ordem do Dia e, por isso, a pressa. Mas gostaria de facultar-lhe a palavra para que pudesse fazer as suas

considerações finais, rapidamente, para que possamos encerrar a reunião.

Mario Garnero - Gostaria de agradecer o convite feito pelos Deputados Germano Righotto e Paulo Bornhausen. Vossa excelência no último momento não pode ir a Mônaco, mas o deputado Inocêncio Oliveira, em um debate, deixou clara a participação do Congresso brasileiro nesta linha de prioridade de implantação do Mercosul e dos blocos. Deste modo, estou muito a cavaleiro para dizer que ouvi, participei e conheço perfeitamente, e louvo esta posição do Congresso brasileiro, que deu inclusive embasamento ao Governo brasileiro para agir como agiu.

Queria agradecer a todos por esta oportunidade de ser ouvido, tomando o tempo dos senhores, e me colocar inteiramente à disposição, a qualquer momento. Acredito que o que está sendo feito aqui no Congresso Nacional é aquilo que cada um de nós, nas ruas, nos escritórios, está querendo que seja feito. Confio que essas reformas, tão bem levantadas pelo deputado Germano Righotto, serão efetivadas ainda neste ano por este Congresso Nacional. Muito obrigado.

Mario Garnero é presidente do Conselho de Administração do Grupo Brasilinvest, do Forum das Américas e do Jurisul-Instituto Interamericano de Estudos Jurídicos sobre o Mercosul (Jurisul).